



Ministério da Saúde

CADERNO DE PROVAS - PARTE II CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 8

CONTADOR

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Nesta parte II do seu caderno de provas, confira atentamente os seus dados pessoais e os dados identificadores de seu cargo transcritos acima com o que está registrado em sua **folha de respostas**. Confira também o seu nome, o nome e número de seu cargo no rodapé de cada página numerada desta parte II de seu caderno de provas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados identificadores de seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Nunca é largo o caminho que conduz à casa de um amigo.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos


Universidade de Brasília

Ministério da Saúde
BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

As três leis que compõem o ciclo orçamentário brasileiro são: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei do orçamento anual (LOA). O papel dessas leis é integrar as atividades do planejamento e orçamento para assegurar o sucesso da ação governamental nos municípios, nos estados e no país. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 51** Devido à ausência de lei complementar na esfera federal, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (CF), não há prazos estabelecidos para o Poder Executivo encaminhar os projetos de lei que tratam do PPA, da LDO e do orçamento anual.
- 52** O PPA compreende as metas e prioridades da administração pública federal, orientando a elaboração da LOA e as alterações na legislação tributária, enquanto que a LDO estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, especialmente para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

Com base nos artigos da CF que tratam da seguridade social, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou a tabela a seguir, que compara os valores arrecadados por meio das receitas diretamente vinculadas à seguridade social com as despesas empenhadas nessa esfera orçamentária em 2008.

Receitas e despesas da seguridade social* valores em R\$ milhares

itens	exercício de 2008
1 receitas correntes**	339.293.585,43
1.1 receita tributária	308.033,84
1.2 receita de contribuições	320.231.631,10
1.3 outras receitas correntes	18.753.920,49
2 receitas de capital	30.651,70
3 receita total da seguridade social (1+2)	339.324.237,13
4 despesas da seguridade social ajustada	371.035.614,10
5 resultado da seguridade social ajustado (3-4)	-31.711.376,97
6 desvinculação de receitas da União (DRU)	39.580.914,00
7 resultado da seguridade social ajustado + DRU (5+6)	7.869.537,03

* Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias, exceto a receita com a contribuição patronal do servidor ativo.

** Receitas vinculadas à seguridade social, excluídos os valores deduzidos a título de DRU.

Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório e pareceres prévios sobre as contas do governo da República** — exercício de 2008, p. 149-50 (com adaptações).

Considerando as informações da tabela acima, julgue os itens de **53 a 57**, acerca do orçamento da seguridade social na esfera federal.

- 53** O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

- 54** Conforme a tabela, as receitas de capital incluem as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços e as provenientes de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender as despesas da seguridade social.
- 55** A receita tributária demonstrada na tabela passou pelo terceiro estágio da execução, que é o recolhimento. No recolhimento das receitas tributárias, deve ser observado o princípio da unidade de tesouraria, vedada a fragmentação dos recursos em caixas especiais.
- 56** O orçamento da seguridade social é elaborado de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, obedecendo as metas e prioridades estabelecidas na LDO, assegurada a cada área a gestão de seus recursos. Com isso, é de responsabilidade exclusiva da unidade orçamentária do Ministério da Saúde a execução das despesas com a saúde pública.
- 57** Apesar da existência de contribuições sociais sobre faturamento, lucro e receita das empresas destinadas para a seguridade social, esses recursos não são aplicados integralmente nas políticas da seguridade social, devido à existência da DRU. Ao considerar no cálculo a devolução dos recursos desvinculados pela DRU, o TCU mostra um resultado superavitário do orçamento da seguridade social, em 2008.

Julgue os itens seguintes, relativos ao sistema de planejamento e de orçamento federal.

- 58** O sistema de planejamento e de orçamento federal tem entre suas finalidades a formulação de planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
- 59** Os órgãos setoriais e específicos que integram o sistema de planejamento e de orçamento federal são sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sem prejuízo da subordinação ao órgão em cuja estrutura administrativa estiverem integrados.

A respeito da programação financeira e da contabilização das operações típicas na administração federal, julgue os itens subsequentes.

- 60** Os créditos orçamentários podem ser descentralizados. O destaque de crédito é uma operação descentralizadora de crédito orçamentário em que um ministério ou órgão transfere para outro ministério ou órgão o poder de utilização dos recursos que lhe foram dotados.
- 61** A transferência do limite de saque da Secretaria do Tesouro Nacional para os órgãos setoriais do sistema de programação financeira (OSPF) ocorre por meio do repasse, enquanto a cota refere-se à liberação dos recursos do OSPF para entidades da administração indireta.

Os dados a seguir mostram a execução orçamentária, até 24/11/2009, da função Saúde, por subfunções selecionadas na LOA 2009.

Função Saúde

Subfunções selecionadas

Execução orçamentária da LOA 2009, em R\$, até 24/11/2009

subfunção (cod/desc)	autorizado	liquidado
122 – administração geral	6.855.695.680,00	5.272.073.259,87
301 – atenção básica	9.581.969.864,00	7.146.440.202,04
302 – assistência hospitalar e ambulatorial	29.565.692.859,00	23.919.788.426,61
303 – suporte profilático e terapêutico	6.130.404.559,00	4.043.615.585,93
305 – vigilância epidemiológica	3.490.504.774,00	1.362.077.686,77
total das subfunções selecionadas	55.624.267.736,00	41.743.995.161,22
Total da função saúde	59.017.349.579,00	42.985.056.980,41

Fonte: SIAFI/SIGA

A partir das informações acima, julgue os itens a seguir.

- 62** Em consonância com o aprovado na LOA 2009, será pago o montante de R\$ 59.017.349.579, na função Saúde até o dia 31/12/2009.
- 63** O valor do empenho ordinário na subfunção administração geral alcançou o montante de R\$ 6,9 bilhões, sendo liquidados aproximadamente R\$ 5,3 bilhões.
- 64** Entre as despesas correntes que podem ser executadas na subfunção administração geral, estão as referentes ao custeio de pessoal e encargos sociais.
- 65** As subfunções representam um nível de agregação imediatamente inferior à função, identificando a natureza básica das ações, no caso da tabela, que se aglutinam em torno da função saúde.
- 66** Após a promulgação da LOA 2009 e com base nos limites que foram nela fixados, o Poder Executivo aprovou o quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária ficou autorizada a utilizar, visando à execução do programa anual de trabalho.
- 67** O Poder Executivo poderá abrir crédito orçamentário suplementar destinado a reforço de dotação orçamentária do Ministério da Saúde. Contudo, as alterações promovidas na programação orçamentária devem ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário.

Julgue os próximos itens, acerca da administração financeira e orçamentária.

- 68** Uma das diferenças essenciais entre o orçamento tradicional e orçamento-programa diz respeito ao planejamento. Enquanto o orçamento tradicional é o elo entre o planejamento e as funções executivas da organização, no orçamento-programa, os processos de planejamento e programação são dissociados.
- 69** A celebração de convênios de natureza financeira que permita a execução de ação que esteja sob responsabilidade do Ministério da Saúde somente será realizada com entes federativos que comprovem dispor de condições para a consecução do objeto do programa de trabalho relativo à ação e, ainda, que desenvolvam programas próprios idênticos ou assemelhados.
- 70** O Ministério da Saúde está dispensado de reter, na fonte, a contribuição para o financiamento da seguridade social e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar aos fornecedores de bens hospitalares e de outros serviços relacionados ao atendimento ambulatorial da rede do Sistema Único de Saúde.

A respeito das demonstrações financeiras, julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n.º 6.404/1976 e suas alterações.

- 71** Companhia que mantenha investimentos em participações no capital social de outras sociedades, avaliados pelo custo de aquisição, deve considerar, para a evidenciação desses ativos no balanço patrimonial, a parcela dedutiva correspondente a provisão para perdas, independentemente do grau de incerteza na realização de seu valor.
- 72** Os financiamentos para aquisição de direitos do ativo não circulante são classificados no passivo não circulante, enquanto os financiamentos para aquisição de direitos realizáveis no exercício social seguinte são classificados no passivo circulante.
- 73** Caso ocorra excesso da provisão para créditos de liquidação duvidosa comparativamente às perdas realmente ocorridas, o valor excedente provocará uma reversão a ser adicionada às receitas evidenciadas na demonstração do valor adicionado.
- 74** Os direitos classificados no grupo intangível do ativo não circulante devem ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização.

RASCUNHO

Determinada entidade hospitalar, isenta de imposto sobre a renda, atende pacientes particulares em diversas especialidades médicas, além de pacientes de planos de saúde conveniados com o hospital. No final de 2008, a contabilidade levantou as informações que serão evidenciadas na demonstração de resultados, segundo os critérios estabelecidos na legislação societária, conforme a seguinte tabela.

dados para demonstração do resultado (em mil reais)		2008	2007
1.3	outras receitas operacionais, líquidas	3	15.912
2.1.2	gasoterapia	1.753	1.212
2.6	receitas financeiras, líquidas	3.751	2.160
3	resultado não-operacional (positivo)	5.764	9.427
2.5	reparos e conservação de bens	12.384	8.733
2.1.3	materiais de consumo	25.209	20.822
2.4	depreciação e amortização	36.840	34.891
2.3	despesas gerais	39.631	33.663
2.1.1	materiais e medicamentos reembolsáveis	47.832	39.298
2.2.2	remuneração médica	51.696	29.626
2.2.3	terceiros	70.797	73.622
2.1	despesas com medicamentos, descartáveis, materiais e outros	74.794	61.332
2.2.1	salários e encargos	173.965	153.308
1.2	atividade hospitalar – convênios	231.690	197.467
1.4	descontos concedidos a pacientes	278.967	208.209
1.1	atividade hospitalar – pacientes	659.424	562.022

Considerando os dados hipotéticos na tabela acima, a natureza e a classificação das contas de resultado, julgue os próximos itens, referentes à análise de demonstrações contábeis.

- 75** A margem líquida calculada, em cada período, situa-se entre 25% e 35%.
- 76** A referida entidade apresentou resultado líquido superior a cem milhões de reais, nos dois períodos.
- 77** A análise do lucro operacional mostra um aumento superior a R\$ 18.000.000,00 em relação ao ano anterior.
- 78** Comparativamente ao ano de 2007, a receita líquida de 2008 aumentou aproximadamente R\$ 130.000.000,00.
- 79** A margem operacional da entidade em questão apresentou uma variação relativa negativa superior a 15% em relação ao ano anterior.
- 80** As despesas de 2008 classificadas no plano de contas da mencionada entidade como operacionais aumentaram R\$ 79.639.000,00 em relação a 2007.

Em cada um dos itens de a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

- 81** Uma clínica radiológica comprou um mamógrafo digital, por R\$ 403.200,00, em 31/10/2006. Segundo o fabricante, a vida útil do aparelho é de oito anos. Nessa situação, se a empresa realizar a depreciação pelo método linear, no final de 2009, o valor líquido desse bem será aproximadamente 60% do valor de custo.
- 82** Determinada fábrica de produtos cirúrgicos produz anéis para cirurgia bariátrica e tubos e válvulas utilizados em UTI, produtos que devem ser inspecionados e aprovados por órgão fiscalizador para serem utilizados. Após uma dessas inspeções, a fábrica foi multada por irregularidades na produção. Nessa situação, por causa do pagamento da multa, a contabilidade evidenciará o aumento no passivo contingente da fábrica.
- 83** Uma indústria farmacêutica realiza somente vendas a prazo, que variam de 90 a 180 dias. Em setembro de 2008, essa indústria recebeu uma encomenda de um lote de medicamentos avaliada em R\$ 600.000,00. A entrega foi realizada em novembro de 2008, quando começou a contar o prazo para o recebimento. Nessa situação, para registrar a transação de venda, a contabilidade deveria registrar a receita no valor de R\$ 600.000,00, em novembro de 2008.
- 84** Determinado hospital mantém assinatura de revistas especializadas estrangeiras, de interesse do quadro médico. A última assinatura contratada para pagamento à vista refere-se a uma publicação inglesa com quatro edições anuais, ao preço de € 500,00. Nessa situação, será correto o setor contábil fazer um lançamento, no momento da assinatura, debitando despesas com assinaturas de revistas e creditando caixa, pelo valor em reais correspondente ao valor da assinatura em euros.

RASCUNHO

valores (em mil reais)	
adições ao imobilizado	1.710
adições ao intangível	100
adições de investimentos permanentes	248
aumento nos ativos operacionais	7.591
aumento nos passivos operacionais	3.772
caixa e equivalentes de caixa – fim do período	3.811
despesas que não afetam o caixa	2.480
dividendos e juros sobre capital próprio pagos	749
dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de controlada	719
ingressos de financiamentos	3.886
lucro líquido do exercício	3.487
pagamento de financiamentos	4.730
recebimento pela emissão de ações	2.929
recebimento por empréstimos a longo prazo	537
receitas que não afetam o caixa	1.930

A tabela acima apresenta informações contábeis consolidadas de uma empresa nacional de capital aberto, que atua na industrialização, comércio, produção, importação, exportação e assistência em equipamentos médicos-hospitalares, entre outros. Considerando essas informações, julgue os itens a seguir, a respeito da demonstração do fluxo de caixa.

- 85** O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento é igual a R\$ 1.339.000,00 negativos.
- 86** O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais é igual a R\$ 218.000,00 positivos.
- 87** O caixa e os equivalentes de caixa inicial totalizam R\$ 3.059.000,00.

RASCUNHO

Em relação a auditoria e a fiscalização, julgue os itens subsequentes de acordo com a Instrução Normativa SFC/MF n.º 01/2001.

- 88** A correlação de informações obtidas é uma técnica de fiscalização que consiste em cotejar informações de fontes independentes, autônomas e distintas.
- 89** Exame de registros, inspeção física, conferência de cálculos, rastreamento e análise de documentos são técnicas aplicáveis tanto nos procedimentos de auditoria como nos de fiscalização.
- 90** A auditoria de acompanhamento da gestão tem o objetivo de emitir opinião com vista a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados.

Julgue os itens que se seguem, relacionados com amostragem.

- 91** Uma das vantagens da amostragem aleatória simples é a sua aplicabilidade para variáveis que apresentam distribuição gaussiana.
- 92** O planejamento da auditoria deve incluir a escolha do método de amostragem, visto que, em qualquer situação, a amostragem permite a obtenção de evidências acerca da população e tem menores custos de aplicação.

Julgue os itens a seguir, acerca da auditoria do sistema de controle interno do Poder Executivo federal.

- 93** Na escolha do tipo de certificado de auditoria — regularidade, regularidade com ressalvas e irregularidades —, devem ser avaliados fatores como descumprimento a recomendações anteriores e frequência de incidência no exercício, entre outros, para a adequada definição do tipo de certificado.
- 94** No caso de auditoria contábil, o parecer deve conter o nome e o número de registro no Conselho Federal de Contabilidade do servidor do sistema de controle interno do Poder Executivo federal que examinou as demonstrações financeiras.
- 95** São requisitos do parecer: a indicação do número do processo, do exercício examinado e da unidade gestora examinada; e o registro, em parágrafo intermediário, das impropriedades que resultem, ou não, em prejuízo à fazenda nacional.

Em relação às normas pertinentes à execução do trabalho no sistema de controle interno do Poder Executivo federal, julgue os itens seguintes.

- 96** A impropriedade de atos do órgão executor é identificada quando os princípios de legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade não são observados, porém não existem prejuízos quantificáveis para a fazenda nacional.
- 97** A evidência é pertinente quando há coerência com as observações, conclusões e recomendações eventualmente formuladas, enquanto a adequação da evidência refere-se à conformidade dos testes ou exames realizados quanto à natureza e às características dos fatos examinados.
- 98** A busca de impropriedades ou irregularidades é objeto básico das atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo federal.

Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n.º 10.180/2001.

- 99** As unidades responsáveis pelas atividades de orçamento têm como atribuições: estabelecer classificações orçamentárias, tendo em vista a necessidade de sua harmonização com o planejamento e o controle; realizar estudos e pesquisas concernentes ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal e estabelecer políticas e diretrizes gerais para a atuação das empresas estatais.
- 100** São competências das unidades responsáveis pelas atividades do sistema de administração financeira federal: manter controle dos compromissos que onerem, direta ou indiretamente, a União junto a entidades ou organismos internacionais; gerir a dívida pública mobiliária federal de responsabilidade do Tesouro Nacional e gerir a dívida pública externa de responsabilidade do Tesouro Nacional.
- 101** As unidades responsáveis pelas atividades do sistema de contabilidade federal têm como atribuições: instituir sistemas de informação que permitam realizar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União; elaborar a programação financeira do Tesouro Nacional e gerenciar a Conta Única do Tesouro Nacional; e elaborar os balanços gerais da União.
- 102** Os órgãos e unidades do sistema de controle interno do Poder Executivo federal têm como atribuições: exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União; fornecer informações acerca da situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes dos orçamentos da União; e criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União.

A respeito dos aspectos relacionados à contabilidade pública, julgue os itens subsequentes.

- 103** Se um cidadão transformar um terreno de sua propriedade em um parque recreativo e doá-lo ao poder público com a finalidade de fazer dele um bem de uso comum do povo de sua cidade, então o terreno passa a fazer parte do patrimônio sob controle da contabilidade pública.
- 104** A multa aplicada por determinado órgão público de fiscalização deve integrar a receita do exercício em que o auto de infração foi emitido, independentemente do momento em que o valor correspondente é efetivamente arrecadado, em observância do regime contábil de competência.

Com relação ao registro das variações patrimoniais nas entidades públicas, julgue os itens a seguir.

- 105** De acordo com o critério do impacto provocado na situação líquida, as variações patrimoniais dividem-se em variações aumentativas e variações diminutivas.
- 106** As superveniências ativas ou passivas não integram o conjunto das variações extraorçamentárias, por se tratar de fatos alheios às decisões tomadas pelos gestores públicos.
- 107** As variações patrimoniais quantitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.
- 108** As transferências intergovernamentais de recursos devem ser consideradas variações orçamentárias, ainda que sejam destinadas a despesas de capital e não decorram de obrigação prevista na CF ou em norma legal.

Um plano de contas único para todos os órgãos e entidades é responsável pela uniformização dos procedimentos no âmbito da administração pública. A esse respeito, julgue os itens seguintes.

- 109** A estrutura conceitual do plano de contas único é fundamentada na teoria patrimonialista que visa a evidenciação dos elementos patrimoniais, a compreensão da composição patrimonial e a demonstração de todos os bens, direitos e obrigações da entidade.
- 110** As contas de passivo que dependem de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo financeiro.
- 111** Os lançamentos devem estar fechados dentro das classes de mesma natureza, tendo em vista que o registro contábil deve debitar e creditar contas com o mesmo tipo de informação, seja patrimonial, orçamentária ou de controle.
- 112** O grupo de contas denominado inscrição em restos a pagar integra a classe de controles da aprovação do planejamento e orçamento e registra o valor das despesas empenhadas e não pagas até o último dia do ano financeiro.

Considerando que os fatos contábeis mais comuns na gestão pública têm uma forma padronizada de contabilização, julgue os itens seguintes.

- 113** Se um crédito adicional for aprovado, acrescentando a previsão de receitas decorrentes de operações de crédito a determinada dotação, então o registro desse fato deve envolver os subsistemas de informações orçamentárias e financeiras.
- 114** A despesa pública, tanto do ponto de vista patrimonial como orçamentário, é obrigatoriamente reconhecida e registrada no mesmo momento.
- 115** Quando o saldo remanescente de um crédito extraordinário é encerrado, deve-se creditar a conta de créditos disponíveis e debitar a conta de créditos extraordinários.
- 116** No encerramento do exercício, a conta de despesas liquidadas a pagar não deve apresentar saldo devedor nem credor.

Acerca das normas relativas à elaboração do balancete e das demonstrações financeiras de encerramento do exercício, julgue os próximos itens.

- 117** As unidades administrativas gestoras são responsáveis pelo levantamento de balancetes mensais e demonstrações contábeis da execução orçamentária, bem como pelo seu envio ao órgão central de contabilidade.
- 118** A demonstração de um excesso de despesas no balanço orçamentário constitui uma situação impossível, nos termos da legislação vigente.
- 119** No balanço financeiro, o eventual saldo positivo a ser transferido para o exercício seguinte deve ser demonstrado na coluna de despesas.
- 120** O passivo real a descoberto, quando ocorrer, deve ser inscrito na coluna do ativo no balanço patrimonial.